

O APAGAMENTO DA ESCRAVIDÃO NEGRA AFRICANA NA CIDADE DE ITAPIRA-SP

Cristiane da Rosa Elias¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar o percurso da história da Vila Penha do Rio do Peixe, atual cidade de Itapira no interior de São Paulo, tendo como perspectiva a história da escravidão africana que lá existiu em meio ao aumento da produção de café no Oeste Paulista, mas que foi apagada em detrimento da história da imigração europeia. Tendo como aporte os documentos encontrados em meio aos materiais de estudo do memorialista Jácomo Mandato. Com isso, pretendemos analisar essa região e as relações sociais que estiveram presentes nela e assim, aprofundar sobre os caminhos que a cidade percorreu quando pensamos as relações sociais e raciais estabelecidas.

Palavras-chave: Escravidão no Oeste Paulista; Escravidão em Itapira; Penha do Rio do Peixe; Ciclo do Café.

THE ERASE OF AFRICAN BLACK SLAVERY IN THE CITY OF ITAPIRA-SP

abstract: This article aims to present the course of the history of Vila Penha do Rio do Peixe, current city of Itapira in the interior of São Paulo, from the perspective of the history of African slavery that existed there amid the increase in coffee production in the West Paulista, but which was erased to the detriment of the history of European immigration. Having as contribution the documents found in the middle of the study materials of the memoirist Jácomo Mandato. With this, we intend to analyze this region and the social relations that were present in it and, thus, deepen on the paths that the city took when we think of personal social and racial relations.

Keywords: Slavery in the West of São Paulo; Slavery in Itapira; Penha do Rio do Peixe; Coffee Cycle.

O presente trabalho foi incitado quando tomei conhecimento da obra póstuma de Jácomo Mandato, intitulada *A Escravidão em Itapira*, lançada em 2015. Nela, Mandato faz breves referências à presença de negros escravizados no passado do município de Itapira, o que despertou minha curiosidade e desejo de saber mais sobre eles.

Jácomo Mandato nasceu no ano de 1933 e faleceu em 2009 na cidade de Itapira. Ele foi um memorialista e jornalista do município e teve grande reconhecimento por retratar vários aspectos da vida da comunidade em seus livros e artigos publicados no jornal local. Entretanto, suas produções eram voltadas para uma memória da elite da cidade, nas quais costumava destacar os descendentes de italianos e os acontecimentos considerados grandiosos. Porém, no ano 2000, ao encontrar fontes relativas à escravidão, o jornalista iniciou um levantamento sobre esses sujeitos que até então não haviam sido retratados pela historiografia da região.

¹ Professora de Educação Básica II no Governo do Estado de São Paulo e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História e Regiões pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. E-mail: cristianeeliasuerj@yahoo.com.br

VARIA

Eu nasci e cresci em Itapira sem saber que lá viveram africanos e seus descendentes na condição de escravizados. A única referência que a cidade apresentava de uma presença negra era a de natureza cultural, qual seja, a Congada sem, no entanto, explicar a origem de sua ligação com a cidade, ou mesmo com a história de Itapira. Não há, na obra póstuma de Mandato, qualquer referência à contribuição dos negros na construção da riqueza do lugar, nem o reconhecimento deles como mão de obra fundamental antes e durante o processo imigratório que atraiu europeus de várias nacionalidades, principalmente italianos.

Sobre o tema de escravidão em Itapira não há uma produção historiográfica, mas apenas registros centrados em aspectos estigmatizados e estigmatizadores de mulheres e homens negros. Em contrapartida, há escritos sobre Itapira exaltando seus fundadores: senhores de café e os imigrantes que teriam vindo em grande número e se fixado na cidade desde o início do século XIX, ou seja, elaborações idealizadoras de sujeitos e grupos na formação da região.

Segundo Carlos Rodrigues Brandão (1985, p. 11), as relações sociais de produção praticadas nas terras do atual município foram primeiramente estabelecidas pela policultura de subsistência através dos posseiros e, posteriormente, pela cafeicultura trazida por escravagistas que chegaram à região. Assim, a localidade foi sendo dominada pelos fazendeiros e coronéis com três tipos de produtores que os serviram sucessivamente: o escravo, o lavrador (colonos) e o proletário rural. Brandão afirma que o ingresso do café como produto de riqueza da economia agrária nessa região estabeleceu o trabalho escravo; entretanto, mesmo com a presença da mão de obra escravizada, os produtores camponeses passaram a ser parceiros dos fazendeiros em algumas transações. É possível compreender esse arranjo já que existia, principalmente na Província de São Paulo dos oitocentos, um número significativo de homens livres e sem especialização que trabalhavam com a terra, como iremos perceber ao longo da pesquisa, pois a população livre de Itapira — que era maior que o número de escravizados —, trabalhava como lavradores. Carlos Alberto Medeiros Lima (2016), assim como Caio Prado Jr. (2011), descreve esse ambiente em formação que foi a São Paulo e seus interiores, ajudando-nos a compreender de forma mais consistente a formação da região em que nasceu Itapira.

Quanto ao café, segundo Dean (1977, p. 45), “Sementes vindas do Rio de Janeiro tinham sido plantadas em Campinas já em 1817, e em Limeira, na plantação Ibicaba, de Vergueiro, em 1828”. Outras pessoas adquiriram mudas dessas experiências, de modo que alguns fazendeiros de Rio Claro tinham pés produzindo em 1835. “Somente após 1840 se deu início ao plantio em larga escala de café no Oeste Paulista, de Campinas até Rio Claro” (LIMA, 2016, p. 235)

No início do XIX, a cultura do café chegou ao oeste paulista via Campinas e foi se

VARIA

espalhando pelas demais regiões. Algumas delas apresentavam a cultura da cana-de-açúcar ainda ativa, no entanto, concomitantemente iniciavam o processo da cafeicultura. Isso ocorreu em localidades como Campinas, Limeira e adjacências.

Desmembrada de Piracicaba (então chamada Constituição) em 1842, Limeira ganhou notoriedade na historiografia por abrigar as unidades canavieiras e depois cafeiras de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Bento Manoel de Barros e Gertrudes Galvão de Oliveira Lacerda [...] Algumas das maiores escravarias na lista nominativa apareciam associadas à palavra engenho, mas a transição para a cafeicultura já devia estar adiantada. (LIMA, 2016, p. 234)

A partir de meados do século XIX a cidade de Campinas, então província de São Paulo, começava a colher de maneira mais intensa os lucros do café cujas primeiras fazendas se iniciaram quando a cana de açúcar ainda dominava sua paisagem e economia. (MARTINS, 2007, p. 1)

Compreendemos que após o fim da escravidão, a cidade de Itapira ainda continuou rural, com um número considerável de trabalhadores tanto nas lavouras de café quanto no plantio de cana-de-açúcar iniciado com a Usina Nossa Senhora da Aparecida (1921). Em 1922 foi fundada a Fábrica de Chapéus Sarkis & Quiriolli, seguida de outras indústrias como a de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A. e a Cristália, eventos que encaminham a cidade para uma expansão de mercado de trabalho. Acreditamos que, futuramente poderemos aprofundar nossas pesquisas para averiguar como ocorreu a inserção dos libertos e descendentes de escravizados após a abolição na cidade, que avançou rumo a uma mudança econômica e social. Há uma crescente produção historiográfica que percebe a marginalização² a que mulheres e homens negros estiveram sujeitos no período pós-abolição no que se refere ao trabalho livre em São Paulo e no interior paulista, que podemos ter como horizonte.

As transformações econômicas e políticas na passagem da policultura para o domínio do café modificaram a estrutura social e política da região de Itapira. A esse respeito, podemos dizer que a região se converteu de uma comunidade camponesa para uma sociedade escravocrata do café e, depois, para uma sociedade de trabalho livre sob o regime do colonato. O regime de colonato, segundo Ediano Prado (2001, p. 100) foi a imposição do próprio estágio de desenvolvimento da lavoura canavieira paulista até a década de 1960, constituindo, para as usinas, uma fonte de recursos para a acumulação de capital.

Essas práticas econômicas, bem como as vivências de Itapira estão em diálogo com as

² A marginalização aqui colocada não foi pensando somente o econômico e social da população negra, mas também o lugar de apagamento desses sujeitos quando estudamos os movimentos trabalhistas do Brasil e o mundo do trabalho livre. (SILVA, Lúcia Helena Oliveira. A sobre vivência no mercado de trabalho pós-emancipacionista., 2005.

VARIA

das demais regiões como a de Rio Claro, Campinas, Limeira, Sorocaba, entre outras que tiveram, no processo da cafeicultura, a possibilidade de construção e estruturação de seu capital e, da mesma forma, de determinados segmentos sociais.

Refletindo sobre o Estado de São Paulo na atualidade, podemos dividi-lo economicamente em três grandes campos. O primeiro é o de serviços, o mais representativo e com o maior número de trabalhadores e empresas. O segundo é o setor industrial, que produz automóveis e autopeças; máquinas e equipamentos; produtos da indústria química, elétrica e eletrônica e produtos siderúrgicos, estando concentrado na “região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Campinas, Vale do Paraíba, Região Administrativa Central (Araraquara e São Carlos), Região de Ribeirão Preto e Região de Piracicaba³”. Por último, há o setor agropecuário, distribuído pelo interior do estado, com grande parte da produção destinada à exportação. Tal setor consiste em produções de açúcar, suco de laranja, frutas, café e carnes.

Os registros sobre a presença de escravizados na cidade são apresentados por autores como Jácomo Mandato (1996; 2003; 2006), Carlos Brandão (1985), Arnaldo Lemos Filho (1980), entretanto, sempre de modo superficial como podemos observar neste trecho.

Pouco tempo depois de haver chegado a Itapira, o fazendeiro comendador João Baptista de Araújo Cintra resolveu construir uma nova igreja para os cultos à imagem de Nossa Senhora da Penha. A nova igreja era agora “de taipa”, construída com o trabalho dos seus escravos e empregados. (BRANDÃO, 1985, p. 25)

Apesar de esses negros escravizados aparecerem de forma sutil na historiografia da região, o assassinato do delegado da cidade, Joaquim Firmino Araújo Cunha, cuja morte ocorreu no dia 11 de fevereiro de 1888, nos leva a questionar a suposta insignificância dada a esses escravizados. Tal insignificância não se sustenta, uma vez que a motivação do assassinato teria sido a postura abolicionista do delegado que, além de defender o fim da escravidão na região, foi acusado de ajudar alguns escravizados em seus processos de libertação, revelando, assim, a vontade dos fazendeiros de manter a escravidão sem questionamento ou possibilidade de fugas e libertação. O delegado foi assassinado por fazendeiros escravagistas que invadiram sua residência e o *trucidaram* (MANDATO, 2001, p. 9).

³ Economia do Estado de São Paulo Disponível em:
<https://www.suapesquisa.com/economia/estado_sao_paulo.htm> Acessado em: 02 nov. 2019.

VARIA

Espantosa e inusitada a atitude adotada pelos fazendeiros penhenses de eles próprios invadirem a casa de Joaquim Firmino, em plena madrugada e trucidarem seu morador. A dedução mais plausível é a de que eles estavam irritadíssimos com o delegado pelo descumprimento de determinações superiores que o mandavam dar caça a escravos fugidos, ao que ele se negava terminantemente. Junte-se a este fato a impertinente e provocadora atitude de acoitar em sua própria casa, escravos de figuras importantes da cidade, como era o caso do major David Pereira, neto do co-fundador da cidade. Mais ainda, desde o ano anterior Joaquim Firmino e Joaquim Ulisses Sarmiento, seu conterrâneo de Mogi Mirim, participavam de movimentos abolicionistas nessa cidade e Penha do Rio do Peixe. Cunha deve ter sido visto como uma perigosa arma voltada contra os senhores poderosos, pelo estímulo que transmitia aos escravos de abusarem de direitos que não tinham. Restava, pois, colocá-lo no seu devido lugar. (MANDATO, 2001, p. 57)

Karl Monsma (2016), pontua o lugar social e o papel que os delegados tinham nas cidades, oferecendo-nos outra possibilidade de compreender esse fato, como também de questioná-lo ainda mais.

Muitos delegados do interior paulista eram escravocratas⁴, e todos classificavam os cativos e os libertos com esquemas de percepção formados na ordem escravista. Os escravos já eram bem conhecidos, mas a percepção deles como “perigosos” aumentava ao longo dos anos 1880, com a rebeldia crescente e as fugas em massa. Os últimos anos da escravidão também aguçavam a contradição, já evidente no Brasil, entre a lei do Estado e o poder particular dos grandes fazendeiros, criando dilemas para os delegados, que muitas vezes se viam forçados a escolher entre aplicar a lei ou apoiar as elites nas suas tentativas de usar a violência ilegal para o controlar os cativos. (MONSMA, 2016, p. 112 – grifos nossos)

Mediante esse relato, percebemos que existiram relações conflituosas diversificadas e agentes sociais que não foram suficientemente trabalhados na historiografia regional de Itapira. Isso abre possibilidades de pesquisa e age como uma espécie de força motriz, impulsionando a reflexão historiográfica regional a fim de fazer emergir esses sujeitos ainda sombreados e, principalmente, as relações político-sociais que foram construídas no interior dessa historicidade, levando à opacidade de sua compreensão. Nesse sentido, esta pesquisa se justifica por aspirar construir outra perspectiva sobre a história de Itapira, problematizando as razões do apagamento histórico da população negra naquela região, contribuindo, assim, para a visibilidade de outros sujeitos dessa história. Concomitantemente, ela apresenta similaridades com relação ao processo escravocrata do Brasil oitocentista, principalmente o Estado de São Paulo.

⁴ Entre os documentos de registro dos ingênuos temos como um dos proprietários o delegado Joaquim Firmino, desenvolveremos mais essa questão em futuros trabalhos, no entanto, compreendemos que ser abolicionista não significa não ter escravizados, pois compreensão do que era ser um abolicionista dependia de quem acusava, como no caso do delegado.

VARIA

Ao consultar os registros de nascimento, alguns livros de notas e demais fontes, observamos que essa documentação oferecia possibilidades de conhecer mais sobre os negros escravizados na vila da Penha, perceber qual era a conjuntura de suas vidas, bem como seus limites e possibilidades dentro do sistema escravista do oeste paulista.

Um estudo crítico da história de Itapira se faz relevante, portanto, para pensarmos o contexto da escravidão que se desenvolveu nos interiores de São Paulo, da sociedade imperial e fora dos grandes centros. Procuramos, assim, compreender as similaridades e diferenças do processo escravocrata na história do Brasil, em particular nas regiões do chamado *ciclo do café*. Nossa hipótese é a de que o processo de escravidão em Itapira, quando observado pela elite, é tratado como se tivesse sido um processo tranquilo, sem violência ou tensões, pois nas poucas vezes em que esse período é citado, pouco conseguimos aprofundar e reconstruir desse ambiente.

Além da obra de Jácomo Mandato (2015) que descreve fontes sobre os negros escravizados em Itapira, Odette Coppos, escritora e também memorialista local, escreveu sobre as congadas da cidade. Entretanto, a perspectiva que a autora tem da congada é a de uma dança dos negros escravizados ou libertos, algo cristalizado como folclore, sem compreendê-la como uma manifestação de resistência a escravidão, de recriação de uma memória, assim como um movimento de autonomia dos corpos negros tanto fisicamente como simbolicamente. Em duas passagens de Odette Coppos, podemos enxergar o lugar de onde ela compreende a congada de origem negra escravizada, da mesma forma que podemos perceber o que ela espera e pretende com a congada presente na cidade.

Curt Sachs e Carl Engel classificam as danças em três grupos: guerreiras – religiosas – e profanas. Na classificação das danças folclóricas brasileiras, temos como danças religiosas: a dança de Santa Cruz – de São Gonçalo – Cururu e Sarabacuê. Como danças profanas: o Fandango – Quadrilha – Lundu – Batuque – Côco – Jongo e Baiana. Como danças guerreiras: Maculelô – E nos bailados estão: a Moçambique – a Congada – a Caiapó. (COPPOS, 1971, p. 77). Durante estes cem anos de Congada de Embaixada, nenhuma mudança deturpou-a. Permanecendo autêntica e fiel ao seu enredo, às suas cores, ao seu toque, à sua maneira de ser, os congueiros fazem os seus instrumentos rudimentares e todos mantêm-se como antes. Uma tradição admirável dos negros da Embaixada, e que nós, a todo custo, procuramos levar a diante. (COPPOS, 1997, p. 41)

Ao ler a obra de Odette Coppos e analisar esses fragmentos, podemos notar a concepção que ela carrega da congada como algo estático, como se esse movimento não tivesse um desenvolvimento próprio em diálogo com seus contextos históricos e suas necessidades, retirando, assim, a humanidade dessa união que surge com a escravidão e permanece de forma

a se recriar com o ambiente.

É preciso dizer que a cidade, hoje, além de não enxergar as contribuições profundas dos negros escravizados, não tem interesse em reconhecer essa parte de sua história, optando por enaltecer os imigrantes italianos chegados a partir do final do século XIX e seus descendentes⁵. Com presença forte até hoje, esses indivíduos se organizaram e são considerados importantes colaboradores na história oficial de Itapira, compondo inclusive o *Circolo Italo-Brasiliano XV de Novembro di Itapira*, instituição de salvaguarda dos documentos que serão examinados nesse projeto, peculiar em certo sentido, já que não encontramos tais informações no Museu da cidade, mas sim em um acervo particular de um de seus sócios.

A descoberta de registros e demais documentos referentes aos escravizados de Itapira por um descendente de italianos chamou mais a atenção quando tivemos acesso ao censo de 1872 do município da Penha de Mogi Mirim — um dos nomes dados à cidade de Itapira. Neste documento consta que existiu uma população livre de 4.597 habitantes, sendo 4.525 brasileiros e 77 estrangeiros, dos quais 2.513 eram brancos, 1.156 pardos, 749 pretos e 179 caboclos. Já a população cativa foi estimada em 1.298 escravizados, sendo 1.268 considerados brasileiros e 30 estrangeiros, tendo assim uma proporção de 1 escravizado na vila da Penha para 3 habitantes livres, como também um total de 3.382 não brancos para 2.513 brancos⁶. Esses números justificam a necessidade de uma reescritura da história de Itapira contada até então.

Assim, o objetivo desta pesquisa consiste em colaborar para uma revisão da História de Itapira, tendo como ponto de a presença negra na condição de escravizados, na condição de mulheres e homens libertos e na condição sujeitos construtores dessa região, para, dessa forma, construir outra perspectiva dessa História. Interessa-nos identificar, através dos documentos encontrados, qual era a situação desses sujeitos na região e como era constituída essa cidade, assim como, compreender, com base na análise das fontes, quais foram as redes familiares e sociais que esses escravizados estabeleciam dentro e fora de seus grupos, com o propósito de trazer de forma mais concreta as relações presentes e, posteriormente, desenvolver de forma mais complexa as rupturas e continuidades desse caminho.

Em outras palavras, este estudo crítico pode contribuir de forma micro e macro, endossando a necessidade de trazer à tona essa história subterrânea e apagada da cidade Itapira.

⁵ A primeira disposição legal que admite imigrantes europeus, sem exigir origem, data de 1874, Decreto nº 5.524, de 7 de janeiro de 1874. E realmente desta data até 1900 o Brasil recebeu 803.000 imigrantes, sendo 577.00 provenientes da Itália. (PRUDENTE apud. DALLARI, 1988:140)

⁶ Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>> Acessado em: 23 out. 2019.

VARIA

Entendemos, portanto, que o teor ativo de nosso trabalho tem como intento alertar os concidadãos para uma história traumática, que Jácomo Mandato iniciou. Uma história que traz para a memória da cidade e para as identidades criadas a partir dela, questões problemáticas, violentas que aconteceram e produziram uma ruptura na memória tanto coletiva como individual na cidade (LACAPRA, 2009, p. 21-22) e nos discursos produzidos posteriormente. A propósito da presença de imigrantes e, contrariamente a uma história oficial que procura divulgar relações harmoniosas no desenvolvimento de Itapira, uma parcela considerável de produções historiográficas ressalta que em diversas regiões do Brasil foram frequentes as tensões entre imigrantes de diversas origens, durante e após a escravidão, seja com os negros ou entre eles. Loiana Maiara Ferrando (2019) apresenta alguns desses conflitos em seu trabalho, ao analisar os processos crimes envolvendo poloneses em Irati-PR entre os anos de 1907 a 1930. Na documentação selecionada e na historiografia consultada, a autora encontrou inúmeras evidências dos confrontos travados para o estabelecimento de poloneses que necessitavam criar espaços de solidariedade e sociabilidade para conseguirem se estruturar no país, sobretudo durante um momento histórico que usava dos estereótipos como forma de organizar a sociedade. Construiu-se, assim, uma hierarquia de etnias ou, como enfatizado por Celia Maria Azevedo (1987), ao analisar o escravizado, fabricava-se, “uma ‘sociedade homogênea’ organizada de acordo com ‘uma escala perfeita de hierarquia social’, de modo que cada um conhecesse perfeitamente o seu lugar” (AZEVEDO, 1987, p. 46).

O negro quer fosse escravizado ou liberto, nesses projetos nacionais foram considerados como um “menino no desenvolvimento intelectual” (AZEVEDO, 1987, p. 46), comotambém o problema nacional.

Dessa maneira, visitar a história de Itapira é possibilitar a emergência do lugar e da voz de pessoas que também participaram da construção da cidade, que estiveram presentes em todas as etapas, mas que não foram ouvidas, vistas e, acima de tudo, que não foram reconhecidas como sujeitos históricos, nem como sujeitos importantes. O fato de haver registros sobre as atividades que envolviam a escravatura e seus trâmites comerciais e legais mostra que a memória da cidade não está apenas sobre os ombros de seus *membros ilustres*, mas que há um grito abafado que precisa se tornar público.

Rever esses arquivos hoje é reconstruir uma história regional e local, que não tenha apenas camponeses brancos e/ou caboclos e uma elite cafeeira como peregrinos, patriarcas e senhores imortalizados na história oficial da cidade, mas trazer à superfície as complexidades de uma história que privilegie outros narradores, outros personagens e outros prismas.

Os problemas que orientam esta pesquisa, portanto, podem ser elencados da seguinte

VARIA

maneira: qual a importância de se fazer um estudo crítico sobre a história de Itapira levando em consideração outros personagens que não a elite local? Por que os registros sobre escravidão e sobre escravizados, na condição de mão de obra produtora de trabalho que gerou riquezas, não fazem parte da história oficial da cidade de Itapira, se podemos identificar suas marcas diluídas em manifestações religiosas e culturais?

Levando em consideração os questionamentos postos, ainda podemos reforçar que esse trabalho se justifica por também estar inserido em uma discussão sobre os vestígios deixados pelos povos africanos e seus descendentes em nossos tratos sociais, manifestações culturais e na vida política. Ainda que nos deparemos com os apagamentos históricos, nosso ofício consiste em revelá-los, rastreá-los e, como afirma Michael de Certeau (1982), dar luto; portanto, fazer com que sejam conhecidos, reconhecidos, admitidos e reparados.

Este estudo está inserido em uma linha de produção acadêmica que tende a refletir sobre a presença africana e de seus descendentes no Brasil, pensando as diversas contribuições destes, voltando-nos a arquivos ainda não analisados e a produções que ainda entendem a história desses sujeitos históricos como estagnadas na escravidão e a ausência de diálogo com o cotidiano.

Nosso trabalho tem como limites sua originalidade visto que as fontes trabalhadas foram descobertas recentemente e não estão em posse do poder público, uma vez que faziam parte do material de estudo de Jácomo Mandato. Mandato levantou esse material através de transcrições feitas no Cartório de Registro da cidade e pelo fato de ter posse dos Livros de Notas dela. Além dessa documentação, o acervo possui outros materiais ainda não manuseados que precisam ser mais bem tratados física e intelectualmente, visto a riqueza que possuem. O presente estudo reconhece a importância e promove o trabalho realizado por esse memorialista, capaz de proporcionar outras produções e aprofundamentos sobre o tema.

Mesmo diante dessas limitações, pudemos desenvolver um caminho para as demais possibilidades de compreensão tanto de Itapira como das outras regiões ao redor que contribuem para sua constituição, uma vez que senhores de escravos mantinham considerável contato com as cidades vizinhas para conseguir sustentar o comércio de escravizados.

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Memória do Sagrado como a religião acontece? In: *Memória do Sagrado: Estudos de religião e ritual*. Edições Paulinas, 1985.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, M. *A Escrita da história*.

VARIA

Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56-70.

COPPOS, Odette. *Congadas (Folclore)*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Pongetti, , 1971.

_____. *Nasce a Congada N. S. do Rosário dos homens dos Prados*. Mafra-SC: Gráfica e Editora Nosde. 1978.

_____. *O Livro do Negro de Itapira*. Itapira, Minas Editora, 1999.

LEMOS FILHO, Arnaldo, *Os catolicismos brasileiros*. Campinas: Editora Alínea, 1980.

MANDATO, Jácomo. A Escravidão em Itapira. *Tribuna de Itapira*, 07 mai. 2000. Sessão História Ilustrada de Itapira. MANDATO, Jácomo. *História Ilustrada de Itapira*. Vol. III; Everest. Vol. III, 2006.

MANDATO, Jácomo. A comemoração da Abolição em Itapira. *Tribuna de Itapira*, 13 mai. 2001. Caderno de Domingo. MONSMA, Karl Martin. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCAR, 2016.